



# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

## Introdução

De acordo com o preconizado no artigo 75º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro os Municípios, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

### 1.1 Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

#### 1.1.1 Período de relato, referencial contabilístico e demonstrações financeiras

O Município de Nisa adotou, com efeitos a 1 de janeiro de 2020, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Nesse âmbito, as demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com esse sistema contabilístico.

As demonstrações financeiras reportam-se ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

#### 1.1.2 Perímetro de Consolidação

Do cumprimento no disposto no n.º 6 do art.º 75 da Lei 73/2013, de 3 de setembro, o perímetro de consolidação legalmente obrigatório integra as entidades detidas ou participadas e controladas de forma direta e indireta no final do exercício económico a consolidar, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.



Independentemente da percentagem, de participação ou detenção, devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que integram o setor empresarial local.

À data de 31 de dezembro de 2023 o perímetro de consolidação do Município de Nisa, para além do próprio Município, integra a seguinte entidade:

***Empresa Intermunicipal – Águas do Alto Alentejo, EIM, S.A***

Sede Social – Campo da Restauração, 7400-223 Ponte de Sor

Atividade Principal - exploração e gestão dos sistemas 'em baixa' de abastecimento de água e saneamento de águas residuais dos Municípios de Alter do Chão, Arronches, Castelo de Vide, Crato, Fronteira, Gavião, Marvão, Nisa, Ponte de Sor e Sousel.

**1.1.3 Informação sobre a não aplicação da NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental**

Em conformidade com a NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, que faz parte o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), a consolidação orçamental efetua-se pelo método da consolidação simples, o qual se traduz na soma algébrica de rúbricas equivalentes de recebimentos e pagamentos para a Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza. Após estas operações, procede-se à eliminação dos saldos resultantes de recebimentos e pagamentos de operações internas e de liquidações e obrigações recíprocas por naturezas.

O perímetro de consolidação é constituído pelo Município e pela sua participada Águas do Alto Alentejo, E.I.M., S.A. (adiante designada por AAA), cuja participação é 14,99%. Considerando que esta participada aplica SNC e não dispõe de demonstrações orçamentais, não são apresentadas Demonstrações Orçamentais Consolidadas e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada.

O paragrafo 23 da NCP 26 do SNC-AP define o perímetro de consolidação orçamental, que será composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsector nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do



Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais. Com base nesse pressuposto o grupo municipal reflete-se da seguinte forma:

Descrição	Entidade incluída contas setoriais do INE	Incluir
Município de Nisa	N.A	Sim
Águas do Alto Alentejo, EIM, SA	Não	Não

#### 1.1.4 Procedimentos e métodos de consolidação

##### Método de Consolidação

Aplicar-se-á o método de consolidação de equivalência patrimonial para a empresa Águas do Alto Alentejo, EIM, SA detida a 14,99%, considerando a NCP 23 paragrafo 5, o enquadramento dado pela Lei 50/2012, de 31 agosto, art.º 7º e 19º e articulando com a Lei 73/2013, de 30 de setembro.

Conforme disposto no nº 8 do artigo 75.º da Lei n. º73/2013, de 3 de setembro os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para consolidação de contas de municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo.

Tendo em conta a conjugação do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais com a NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, **foi adotado o método da equivalência patrimonial**, que basicamente consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.



---

### **Eliminação dos resultados de operações internas / eliminação recíprocas**

Os resultados de transações descendentes e ascendentes entre um investidor e uma investidora devem ser considerados nas contas do investidor somente na medida em que correspondem ao interesse dos outros investidores. Assim, a parte do investidor nos resultados da investida resultantes destas transações devem ser eliminados.

No ano de 2020, em termos de balanço, não existiram operações/transações recíprocas para além das que resultaram da subscrição e realização do capital social associado à constituição da AAA, e que foi de 2.572.696,00 euros. Durante o exercício de 2021 incrementou a sua participação em 89.067 euros perfazendo à data de 31.12.2021, um montante de 2.661.763,00 euros

No ano de 2022 procedeu-se ao ajustamento da sua participação pelo método da equivalência patrimonial que incrementou a sua participação em 916.484,00 euros, assim o valor registado no seu balanço relativo a esta participação financeira à data de 31.12.2022 apresenta-se em 3.578.246,69 euros.

No ano de 2023 ajustou-se através da diminuição total em 368.703,21 euros na sua participação pelo método da equivalência patrimonial em 339.679,16 euros e Outras Variações de Capital Próprio em 29.024,05, assim o valor registado no seu balanço relativo a esta participação financeira à data de 31.12.2023 apresenta-se em 3.209.543,47 euros.

No ano de 2023, no âmbito das atividades desenvolvidas pelo Águas do Alto Alentejo, EIM SA, o Município suportou encargos de 131.994,52 euros, os quais estão reconhecidas na rúbrica transferências correntes e subsídios concedidos. Estas transações estão reconhecidas como gasto no Município e como rendimento nas Águas do Alto Alentejo, EIM SA, pelo que não existem lucros ou prejuízos subjacentes que não tenham sido realizados.

No ano de 2023 o Município registou receita referente às Águas do Alto Alentejo, EIM SA no montante de 314.889,35 euros tendo sido cobrada apenas 106.509,70 euros.

### **Homogeneização**

Nos termos do ponto "5 - Requisitos contabilísticos" da NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, as políticas contabilísticas de todas as entidades consolidadas devem ser uniformes e estar em conformidade com as políticas contabilísticas do Grupo Público.



Da análise realizada não detetamos diferenças significativas entre as políticas contabilísticas adotadas pelo Município de Nisa (SNC – AP) e Águas do Alto Alentejo (SNC-NCRF).

### Demonstrações Financeiras Resumidas

Apresentamos de forma sucinta as principais rubricas das entidades, no período de relato:

Descrição	Ativo	Património Líquido/ Capital Próprio	Passivo	Resultado Líquido	Rendimento	Gasto
Município de Nisa	55 176 234,84	52 826 030,89	2 350 204,15	24 819,90	8 480 626,04	-10 746 664,49
Águas do Alto Alentejo, EIM, SA	27 430 337,53	21 411 230,80	6 019 106,93	-2 266 038,45	8 480 626,04	-10 746 664,49

### 1.2 Legislação

- Lei nº75/2013, de 12 de setembro
- Regime Financeiro das Autarquias Locais – Lei n. °73/2013, de 3 de setembro
- Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)
- Código do Procedimento Administrativo – Decreto Lei n, °4/2015, de 07 de janeiro

A informação mais detalhada relativa à entidade, o período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras encontra-se no anexo I e o organograma no anexo II.

De seguida, apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

### Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2023	2022
Caixa	2 844,28 €	3 854,24 €
Depósitos á ordem	3 116 145,17 €	3 328 664,35 €
Depósitos bancários á ordem	3 116 145,17 €	3 328 664,35 €
Depósitos a prazo	258 351,74 €	319 176,88 €
<b>Total de caixa e depósitos</b>	<b>3 377 341,19 €</b>	<b>3 651 695,47 €</b>



## 2 — Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

### 2.1 Bases de Mensuração usadas na Preparação das demonstrações financeiras

#### **Bases de Apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas na base no princípio da continuidade das operações e em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais de comparabilidade, consistência, especialização dos exercícios, substância sob a forma, não compensação e materialidade, respeitando as características qualitativas da relevância, da fiabilidade, da compreensibilidade, da oportunidade, da comparabilidade e da verificabilidade.

#### **Continuidade**

O órgão executivo procedeu à avaliação da capacidade do Município operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o órgão executivo concluiu que a CIM-BSE dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

#### **Regime do Acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Outras Contas a Receber e Outras Contas a Pagar".



### Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada Informação fiável e mais relevante.

### Materialidade e Agregação

A relevância da Informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexistência influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para Justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas.



### **Políticas Contabilísticas Relevantes**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 19212015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

#### **Moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euros, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação.

#### **Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento**

Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram, inicialmente, mensurados pelo seu custo. A mensuração subsequente assenta no custo de aquisição deduzido das depreciações do período contabilístico, calculadas com base nas vidas úteis expressas pelo Classificador Complementar, assim como eventual existência de imparidades sobre os ativos.

#### **Ativos intangíveis**

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados, no reconhecimento, pelo seu custo. A mensuração subsequente assenta no custo de aquisição deduzido das amortizações do período contabilístico, calculadas com base nas vidas úteis expressas pelo Classificador Complementar, assim como eventual existência de imparidades sobre os ativos.

#### **Participações financeiras**

As participações financeiras estão mensuradas, no reconhecimento inicial pelo seu custo. A mensuração subsequente assenta na aplicação do MEP – Método de equivalência patrimonial, para a participação detida na sociedade Águas do Alto Alentejo EIM, pelo que a mesma se encontra ajustada em função dos capitais próprios das participadas, ou a mensuração subsequente continua ao custo, pelo que é sujeita a testes de imparidade em função do apresentado pelas Demonstrações Financeiras das participadas. E pelo método do custo para as seguintes entidades:



- . Águas de Lisboa e Vale do Tejo;
- . Valnor - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.; e
- . Fundo de Apoio Municipal.

### **Depreciações e amortizações**

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no Classificador Complementar (CC).

Nos termos do referido no preâmbulo à Portaria 189/2016 de 14 de julho, para efeitos e inventário e respetivas vidas úteis, exceto no caso dos edifícios e outras construções, mantiveram-se os critérios definidos pelo CIBE (Portaria 67112000 de 17 de abril) para os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2019.

No que se refere aos ativos intangíveis, as amortizações encontram-se calculadas pelo período de tempo em que se encontra assegurada a utilização exclusiva do ativo. Nos casos em que tal não se verifica, os mesmos são sujeitos anualmente a testes de imparidade.

De notar que, atendendo à especificidade do setor da Administração Local e aos acontecimentos passados em termos de gestão de património, não se considerou, por não existir forma de calcular estimativa fiável, o eventual valor residual dos ativos, razão pela qual se considera ser nulo.

### **Contas a receber**

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente pelo custo efetivo e deduzidas das perdas por imparidade. A imparidade foi estabelecida quando confirmado objetivamente que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida.



### **Inventários**

A mensuração inicial de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado. O consumo de inventários implica o reconhecimento no custo das mercadorias vendidas e consumidas, tendo como base o critério valorimétrico do inventário.

### **Imparidade de Ativos não depreciables**

À data de 31-12-2023 foi avaliada a recuperabilidade das dívidas a receber de clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber. Para as situações em que se verificou mora superior a 12 meses procedeu-se ao registo da respetiva imparidade pelo montante da dívida.

### **Diferimentos**

Foi adotado o princípio do acréscimo, tendo-se efetuado a imputação de gastos e rendimentos em função do seu período económico, independentemente da data do seu recebimento. As estimativas calculadas baseiam-se na informação mais recente.

### **Caixa e depósitos bancários**

As disponibilidades (caixa e depósitos bancários) estão mensuradas ao valor nominal.

### **Reservas, Resultados Transitados, Ajustamentos em ativos financeiros e outras variações no património líquido**

Os resultados transitados assentam na soma de resultados acumulados de períodos anteriores não afetos a outras rubricas do património líquido. No que se refere às "Reservas", estas resultam das aprovações de contas corridas em períodos anteriores, sendo de referir que nos termos da disposição 2.7.3.5 do POCAL, as "Reservas Legais" seriam necessárias pelo valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício. Quanto aos ajustamentos em ativos financeiros, estes estão relacionados com a movimentação contabilística associada ao efeito do MEP (Método da Equivalência Patrimonial), designadamente decorrentes de variações nos capitais próprios das participadas, lucros não atribuídos e ajustamentos de transição (decorrentes da primeira aplicação do MEP). As "Outras variações no património líquido" resultam das transferências e subsídios de capital obtidos (ocorrendo imputação a resultados no caso dos ativos depreciables), doações, cauções executadas e transferências de ativos.



### **Provisões**

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Os órgãos de gestão procuram sustentar as suas expectativas de perda num ambiente de prudência, pelo que de acordo com a melhor e mais atualizada informação à data de relato são calculadas as situações que possam originar obrigações futuras.

### **Financiamentos obtidos**

Atividades de financiamento são atividades que resultam em alterações na dimensão e composição do património líquido e nos empréstimos obtidos pela entidade e são reconhecidos pelo seu valor efetivo.

### **Fornecedores e outras contas a pagar**

As dívidas a pagar a fornecedores e outros credores encontram-se reconhecidos pelo valor efetivo, sendo o mesmo resultante das operações ocorridas entre as entidades.

### **Rédito e regime de acréscimo**

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. Observou-se o disposto na norma, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas. Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito. Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.



### **Rendimentos e gastos**

Podem ter origem em transações com contraprestação, ou sem contraprestação, ou em outros eventos, como sejam, alterações de preços, oscilações (não realizadas), positivas ou negativas, nos valores de ativos e ou passivos, a realização de ativos através da sua depreciação ou amortização e a erosão do potencial de serviço ou dos benefícios económicos futuros através da ocorrência de situações de imparidade. Os rendimentos e os gastos podem surgir de transações individuais ou grupos de transações.

### **Resultados do período**

Correspondem à diferença entre rendimentos e gastos relatados na demonstração dos resultados.

Demonstração dos fluxos de caixa – consideradas as seguintes situações, conforme NCP 1:

Atividades de financiamento - atividades que resultam em alterações na dimensão e composição do património líquido e nos empréstimos obtidos pela entidade.

Atividades de investimento - atividades relacionadas com a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

Atividades operacionais - as atividades da entidade que não sejam atividades de investimento ou de financiamento.

Caixa - dinheiro e depósitos à ordem.

Equivalentes de caixa - investimentos a curto prazo de elevada liquidez, facilmente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estão sujeitos a um risco insignificante de alterações no valor.

Fluxos de caixa - influxos e efluxos de caixa e equivalentes de caixa



## 2.1 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que uma entidade é uma entidade em continuidade e de que continuará a operar no futuro previsível.

Uma entidade deve divulgar em particular situações em que a sua continuidade e/ou a continuidade de alguns dos seus departamentos ou de fontes de financiamento, pode ficar comprometida. Por exemplo, pode ser aqui divulgada informação sobre os riscos decorrentes da redução de pessoal, de transferências obtidas ou de receitas de prestações de serviços, que a ocorrerem poderão conduzir à não satisfação os seus passivos e compromissos já assumidos.

## 3 — Ativos intangíveis

Em 2023 a quantia escriturada dos ativos intangíveis sofreu a seguinte movimentação conforme quadros a seguir apresentados.

### Ativos intangíveis - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por imparidade	Amortiz. período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	31 246,96	5 848,65	0,00	0,00	0,00	0,00	-16 465,18	0,00	20 630,43
Programas de computador e sistemas de informação	188 698,14	113 542,09	0,00	0,00	0,00	0,00	-137 195,66	0,00	165 044,57
Propriedade industrial e intelectual	274 837,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-127 669,92	0,00	147 167,41
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>	<b>494 782,43</b>	<b>119 390,74</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-261 330,76</b>	<b>0,00</b>	<b>332 842,41</b>

### Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	49 443,29	18 196,33	0,00	31 246,96	55 291,94	34 661,51	0,00	20 630,43
Programas de computador e sistemas de informação	678 808,12	490 109,96	0,00	188 698,14	792 350,21	627 305,64	0,00	165 044,57
Propriedade industrial e intelectual	1 448 360,91	1 173 523,58	0,00	274 837,33	1 448 360,91	1 301 193,50	0,00	147 167,41
Outros	102 430,03	102 430,03	0,00	0,00	102 430,03	102 430,03	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>	<b>2 279 042,35</b>	<b>1 784 259,92</b>	<b>0,00</b>	<b>494 782,43</b>	<b>2 398 433,09</b>	<b>2 065 590,68</b>	<b>0,00</b>	<b>332 842,41</b>

*[Handwritten signatures and initials]*



#### 4 — Acordos de concessão de serviços: Concedente

O Município tem atualmente um contrato de concessão de serviços a decorrer com a E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A referente à distribuição de energia em baixa tensão, mas o mesmo não implica pagamentos ao concessionário. De acordo com o estabelecido em legislação específica (Decreto-Lei nº 344-B/82), o direito de distribuir energia elétrica em baixa tensão em Portugal está atribuído aos municípios. No entanto, através da celebração de contratos de concessão, por períodos que, de uma forma geral, ascendem a 20 anos, esse direito foi concedido à E-REDES, podendo os referidos contratos cessar pelo decurso do prazo, por rescisão ou por resgate por parte do concedente, com aviso prévio de pelo menos 1 ano e mediante pagamento de indemnização à concessionária. Estas concessões têm como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes. O Anexo IV a este documento explicita os bens afetos a esta concessão.

#### 5 — Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo de aquisição e reclassificados segundo os códigos para efeitos de cadastro dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, registados na Classe 4 do subsistema de contabilidade financeira. É utilizado o método das quotas constantes ou da linha reta para calcular as depreciações, conforme nota 7 do Classificador complementar 2 que substitui a Portaria nº 671/2000 de 17 de abril que aprovou o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

Em 2023 a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis sofreu a seguinte movimentação conforme quadros a seguir apresentados.



**Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas**

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>								
Terrenos e recursos naturais	999 560,69	3 583,75	0,00	995 976,94	999 560,69	3 583,75	0,00	995 976,94
Edifícios e outras construções	1 170 998,50	149 462,03	0,00	1 021 536,47	1 293 498,50	170 943,08	0,00	1 122 555,42
Infraestruturas	51 456 989,56	39 401 943,39	0,00	12 055 046,17	51 982 717,18	40 386 915,96	0,00	11 595 801,22
Património histórico, artístico e cultural	736 745,68	3 521,26	0,00	733 224,42	744 456,75	3 536,62	0,00	740 920,13
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	3 212 597,51	0,00	0,00	3 212 597,51	2 416 096,47	0,00	0,00	2 416 096,47
<b>Ativos fixos em concessão</b>								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	2 080,61	123,25	0,00	1 957,36
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	2 717 572,22	1 789 791,73	0,00	927 780,49
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	4 011 295,20	2 631 412,45	0,00	1 379 882,75
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	2 741 574,94	0,00	0,00	2 741 574,94	2 740 279,91	0,00	0,00	2 740 279,91
Edifícios e outras construções	24 767 892,27	6 236 062,11	0,00	18 531 830,16	25 646 551,88	6 697 676,89	0,00	18 948 874,99
Equipamento básico	5 224 278,32	4 306 632,59	0,00	917 645,73	5 139 217,91	4 056 483,00	0,00	1 082 734,91
Equipamento de transporte	3 778 537,64	2 513 473,55	0,00	1 265 064,09	4 484 706,91	2 886 208,93	0,00	1 598 497,98
Equipamento administrativo	1 407 912,75	1 011 325,38	0,00	396 587,37	1 257 518,43	898 542,27	0,00	358 976,16
Equipamentos biológicos	10 117,17	5 615,67	0,00	4 501,50	10 117,17	6 531,27	0,00	3 585,90
Outros	3 417 841,26	1 998 796,25	0,00	1 419 045,01	3 895 015,76	2 042 856,07	0,00	1 852 159,69
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>	<b>98 925 046,29</b>	<b>55 630 415,98</b>	<b>0,00</b>	<b>43 294 630,31</b>	<b>107 340 685,59</b>	<b>61 574 605,27</b>	<b>0,00</b>	<b>45 766 080,32</b>

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several initials, located in the bottom right corner of the page.



**Ativos Fixos Tangíveis - Quantia escriturada e variações do período**

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por imparidade	Deprec. período	Diminuições	
<b>Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural</b>									
Terrenos e recursos naturais	995 976,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	995 976,94
Edifícios e outras construções	1 021 536,47	122 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-21 481,05	0,00	1 122 555,42
Infraestruturas	11 572 217,80	18 419,57	1 435 209,46	0,00	0,00	0,00	-1 430 045,81	0,00	11 995 801,22
Patrimônio histórico, artístico e cultural	733 224,42	9 854,85	0,00	0,00	0,00	0,00	-15,36	-2 143,58	740 920,13
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	3 212 597,51	1 894 588,91	-2 891 089,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 416 096,47
<b>Ativos fixos em concessão</b>									
Terrenos e recursos naturais	0,00	2 080,61	0,00	0,00	0,00	0,00	-123,25	0,00	1 957,36
Edifícios e outras construções	0,00	2 717 572,22	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 789 791,73	0,00	927 780,49
Infraestruturas	482 828,37	3 083 393,79	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 186 339,41	0,00	1 379 882,75
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso									
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>									
Terrenos e recursos naturais	2 741 574,94	32 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-33 795,03	2 740 279,91
Edifícios e outras construções	18 531 830,16	0,00	878 859,61	0,00	0,00	0,00	-461 614,78	0,00	18 948 674,99
Equipamento básico	917 845,73	231 024,56	160 776,19	0,00	0,00	0,00	250 149,59	-476 881,18	1 082 734,91
Equipamento de transporte	1 265 064,09	820 872,49	0,00	0,00	0,00	0,00	-372 735,38	-114 703,22	1 598 497,98
Equipamento administrativo	396 587,37	69 471,87	4 415,11	0,00	0,00	0,00	112 783,11	-224 281,30	356 976,16
Equipamentos biológicos	4 501,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-915,60	0,00	3 585,90
Outros	1 419 045,01	526 812,76	212 029,58	0,00	0,00	0,00	-44 059,62	-263 667,84	1 852 159,69
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>	<b>43 294 830,31</b>	<b>9 531 091,45</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-5 944 189,29</b>	<b>-1 115 452,15</b>	<b>45 766 080,32</b>

**6 — Locações**

Não aplicável.

**7 — Custos de empréstimos obtidos**

Consultar informação no anexo III que segue o estipulado pelo Tribunal de Contas.

**8 — Propriedades de investimento**

Não aplicável.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



## 9 — Imparidade de ativos

Segue-se a informação sobre a quantia recuperável dos ativos.

### Imparidade de Ativos

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de imparidades	Quantia Recuperável
Depósitos à ordem	3 116 145,17	0,00	0,00	3 116 145,17
Outros depósitos	258 351,74	0,00	0,00	258 351,74
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	25 044,84	0,00	0,00	25 044,84
Clientes, contribuintes e utentes	904 965,17	630 180,51	3 557,69	278 342,35
Fornecedores	32 263,37	0,00	0,00	32 263,37
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber e a pagar	515 617,80	238 779,07	0,00	276 838,73
Inventários estratégicos e bens a transferir	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	38 742,13	6 834,73	1 085,21	32 992,61
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	516 098,96	136 614,98	0,00	379 483,98
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refluos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	3 937 938,53	0,00	0,00	3 937 938,53
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	43 349 983,85	0,00	0,00	43 349 983,85
Ativos intangíveis	332 842,41	0,00	0,00	332 842,41
Investimentos em curso	2 416 096,47	0,00	0,00	2 416 096,47
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>	<b>55 444 090,44</b>	<b>1 012 409,29</b>	<b>4 642,90</b>	<b>54 436 324,05</b>

## 10 — Inventários

O custo de cada item de inventário foi determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens iguais adquiridos durante o ano de 2023 – custo médio ponderado. A seguir é apresentado quadro resumo da conta da classe 3 – Inventários e os movimentos ocorridos no período.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



**Inventários**

Rubrica (1)	Quantia Bruta (2)	Imparidade Acumulada (3)	Quantia Recuperável (4) = (2)-(3)
Mercadorias	3 8742,13 €	5 749,53 €	32 992,60 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	516 098,96 €	136 614,99 €	379 483,97 €
<b>Total</b>	<b>554 841,09 €</b>	<b>142 364,52 €</b>	<b>412 476,57 €</b>

**Inventários: Movimentos do período**

Rubrica	Quantia escriturada inicial (1)	Movimentos do período							Quantia escriturada final (9)=(1)+(2)-(3)+(-4)-(5)+(6)-(7)+(8)
		Compras líquidas (2)	Consumos/gastos (3)	Var. Inv. Produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões Perdas por imparidade (6)	Outras reduções de Inventários (7)	Outros aumentos de Inventários (8)	
Mercadorias	31 907,40 €	- €	- €		- €	1 085,21 €	- €	- €	32 992,61 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	355 679,18 €	262 256,43 €	236 745,33 €		1 706,30 €	- €	- €	- €	379 483,98 €
<b>Total</b>	<b>387 586,58 €</b>	<b>262 256,43 €</b>	<b>236 745,33 €</b>	<b>- €</b>	<b>1 706,30 €</b>	<b>1 085,21 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>412 476,59 €</b>

**11 — Agricultura**

Não aplicável.

**12 — Contratos de construção**

Não aplicável.

**13 — Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.**

O Património/capital do Município ascende a 52.826.030,69€ e encontra-se totalmente realizado. Ver DAPL 2023 e 2022.



#### 14 — Rendimento de transações com contraprestação

Os rendimentos são reconhecidos quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e quando estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. Os rendimentos de transações com contraprestação são normalmente vendas e prestações de serviços. De notar que o Município aprova a tabela de taxas que suporta a cobrança de receita própria relacionada com vendas e prestações de serviços, encontrando-se a mesma publicada no portal do Município.

Tipo de rendimento (1)	Rendimento do período reconhecido em (2)	
	Resultados	Património líquido
Taxas multas e outras penalidades	52 200,87 €	
Vendas	85 398,29 €	
Prestação de Serviços	584 080,34 €	
Outros Rendimentos	2 655 924,66 €	
Juros Dividendos e outros rendimentos similares	4 235,35 €	
<b>Total</b>	<b>3 381 839,51 €</b>	<b>- €</b>

#### 15 — Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências ou subsídios. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviços obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas e criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências e subsídios são rendimentos mas sem a obrigatoriedade de devolução ou de prestação de um serviço em valor equivalente.

Tipo de rendimento (1)	Rendimento do período reconhecido em (2)	
	Resultados	Património líquido
Impostos diretos	815 545,13 €	
Impostos indiretos	344 168,43 €	
Trabalhos para própria entidade	195 381,86 €	
Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	7 997 799,63 €	
Reversões	65 579,52 €	
<b>Total</b>	<b>9 418 474,57 €</b>	<b>- €</b>



## 16 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente aos diversos processos judiciais em curso e após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual de contas, as provisões foram reduzidas em 62.171,83€ uma vez que os processos em causa apresentam indícios que serão favoráveis ao município, em relação ao processo judicial com Associação Municípios Natureza e Tejo decidimos manter o valor de 175.000,00€.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)+(5)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)+(8)+(9)	(11)=(2)+(6)-(10)
Processos judiciais em curso	237 171,83 €	- €	50 114,62 €	- €	50 114,62 €	50 114,62 €	62 171,83 €	- €	112 286,45 €	175 000,00 €
<b>Total</b>	<b>237 171,83 €</b>	<b>- €</b>	<b>50 114,62 €</b>	<b>- €</b>	<b>50 114,62 €</b>	<b>50 114,62 €</b>	<b>62 171,83 €</b>	<b>- €</b>	<b>112 286,45 €</b>	<b>175 000,00 €</b>

## 17 — Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

## 18 — Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados de curto prazo incluem os salários, ordenado, eventuais retribuições por trabalho extraordinário, subsídio de refeição, subsídio de férias, subsídio de Natal, remunerações por doença, maternidade/paternidade, ajudas de custo e outros suplementos remuneratórios. Encontram-se ainda incluídas as quotizações para a Segurança Social e o seguro de acidentes de trabalho.

A eventual existência de rescisões de contratos de trabalho estes são reconhecidas como gastos do período em que ocorrem.

Quanto às remunerações praticadas, estas ascendem a:

- Órgãos autárquicos: 150.051 €
- Remunerações do Pessoal: 3.645.425€

Relativamente aos direitos com férias e subsídio de férias do pessoal vencidos em 31 de dezembro de 2023 e a liquidar no decorrer de 2024, estes ascendem a 639.249 €.



## 19 — Outras Divulgações

### 19.1 Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos com estado e outros entes públicos no exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2023	2022
<b>Ativo Corrente</b>		
Estado e Outros Entes Públicos	160 952,85 €	77 809,05 €
<b>Passivo Corrente</b>		
Estado e Outros Entes Públicos	60 830,84 €	49 486,66 €

### 19.2 Fornecimentos e Serviços Externos

Os gastos em Fornecimentos e serviços externos no exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	423 350,54 €	654 313,12 €
Trabalhos especializados	546 185,16 €	408 996,82 €
Publicidade e propaganda	54 736,48 €	54 260,87 €
Vigilância e segurança	20 633,86 €	13 324,28 €
Honorários	95 800,00 €	109 995,00 €
Comissões	28 279,22 €	25 976,35 €
Conservação e reparação	257 177,18 €	254 912,75 €
Outros Serviços Especializados	3 434,78 €	23 999,37 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	7 263,59 €	5 342,57 €
Material de escritório	1 574,69 €	8 102,82 €
Artigos para oferta	56 325,98 €	52 129,36 €
Material de educação, cultura e recreio	4 848,99 €	9 427,90 €
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	2 045,68 €	57 342,88 €
Medicamentos	- €	19,70 €
Electricidade	71 034,84 €	102 209,28 €
Combustíveis	195 355,59 €	203 319,52 €
Água	57 298,06 €	21 503,40 €
Deslocações e estadas	- €	- €
Transportes de pessoal	1 695,87 €	1 240,96 €
Transporte escolar	145 428,18 €	131 314,45 €
Transportes de mercadorias	437,91 €	238,22 €
Rendas e alugueres	155 282,09 €	140 491,64 €
Comunicação	91 513,09 €	132 504,09 €
Seguros	145 002,09 €	89 802,87 €
Despesas de representação	- €	- €
Limpeza, higiene e conforto	- €	- €
Outros FSE's	954 532,06 €	531 252,75 €
<b>Total</b>	<b>3 319 235,93 €</b>	<b>3 032 020,97 €</b>



### 19.3 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal no exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2023	2022
Remunerações dos órgãos autárquicos	150 051,06 €	138 645,44 €
Remunerações dos órgãos sociais	- €	- €
Remunerações do pessoal	3 645 425,36 €	3 289 229,40 €
Benefícios pós-emprego	9 736,31 €	6 903,25 €
Indemnizações	- €	- €
Encargos sobre remunerações	964 050,78 €	898 449,06 €
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	29 870,89 €	37 805,71 €
Outros gastos com o pessoal	- €	338,99 €
Outros	9 652,57 €	12 573,63 €
Total	4 808 786,97 €	4 383 945,48 €

### 19.4 Transferências e subsídios concedidos e Prestações Sociais

Os gastos em transferências e subsídios concedidos no exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2023	2022
Transferências correntes concedidas	435 407,37 €	692 015,58 €
Subsídios correntes concedidos	2 515,88 €	66 477,75 €
Transferências de capital concedidas	61 350,45 €	79 954,22 €
Outros subsídios e transferências de capital	- €	- €
Prestações sociais concedidas	4 704,00 €	- €
Total	503 977,70 €	838 447,55 €

### 19.5 Outros Rendimentos e Ganhos

A decomposição de outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é conforme se segue:

Descrição	2023	2022
Rendimentos suplementares	12 888,06 €	8 338,20 €
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	441 394,87 €	408 361,69 €
Outros	2 201 641,73 €	895 458,53 €
Total	2 655 924,66 €	1 312 158,42 €



### 19.6 Outros Gastos e Perdas

A decomposição de outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é conforme se segue:

Descrição	2023	2022
Impostos	57 010,79 €	33 109,78 €
Outros	169 915,30 €	105 719,45 €
Total	226 926,09 €	138 829,23 €

### 19.7 Juros e gastos similares suportados

Os Juros e outros gastos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2022	2022
Juros e gastos similares	42 433,09 €	8 696,62 €
Total	42 433,09 €	8 696,62 €

### 19.8 Juros e gastos similares suportados

Os Juros e rendimentos similares obtidos reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2023	2022
Juros Obtidos	4 235,35 €	8 649,77 €
Total	4 235,35 €	8 649,77 €



## 20 — Divulgações de partes relacionadas

Entidades / Fundos	Denominação	Natureza da entidade	NIPC	Participação		Valor contabilizado a 31/12/2022	Aplicação do MEP	Outras Variações de Capital Próprio	Valor Contabilizado a 31/12/2023
				Data da subscrição	%				
Águas do Vale do Tejo, SA		Sociedade Anónima	513606130	31/03/2001	0,31	256 555,00	0,00	0,00	256 555,00
VALNOR - Valorização e tratamento de resíduos sólidos do Norte Alentejano, SA		Sociedade Anónima	505255090	05/04/2001	1,69	123 370,97	0,00	0,00	123 370,97
Águas do Alto Alentejo, EIM, SA		Sociedade Anónima	516160893	01/10/2020	14,99	3 578 246,69	-339 679,16	-29 024,05	3 209 543,47
Fundo de Apoio Municipal		Fundo	513319182	25/06/2015	-	348 466,50	N/A	N/A	348 466,50

A entidade adquiriu uma participação financeira, mensurada ao justo valor, na empresa Águas do Alto Alentejo EIM SA que foi realizada por entrada em espécie de alguns dos seus ativos fixos tangíveis conforme escritura efetuada em 29 de setembro de 2020. O valor registado no seu balanço relativo a esta participação financeira à data de 31-12-2023 apresenta-se em 3.209.543€. Durante o exercício de 2023 procedeu-se ao ajustamento da sua participação pelo método da equivalência patrimonial que diminuiu a sua participação em 368.703€.

## 21 — Relato por segmentos

Não aplicável.

## 22 — Interesses em outras entidades

Não aplicável.

## 23 — Acontecimentos após a data de relato

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nisa, 13 de junho de 2024